

# Geografias e Turismo

## Geographies and Tourism

Eluan Alan Lemos Pocidonio<sup>i</sup>  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro, Brasil

Telma Mendes da Silva<sup>ii</sup>  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro, Brasil

**Resumo:** O advento do turismo tornou essa atividade, em especial após a Revolução Industrial, uma grande consumidora do espaço, modificando este a partir da introdução de objetos necessários ao seu desenvolvimento. E a Geografia, com sua abordagem integrada das vertentes humana e física, se torna uma importante ferramenta para essa atividade econômica, apontando pontos negativos e positivos, procurando adequar essa prática à realidade local, maximizando os benefícios e minimizando os impactos e aspectos de degradação, tanto no que se refere às populações locais quanto aos aspectos ambientais. Este trabalho tem por objetivo levantar e discutir conceitos e concepções geográficos fundamentais à análise turística e que convergem como um ponto de confluência para se conjugar a viabilidade do turismo e de sua plena realização em uma determinada área.

**Palavras-chave:** Turismo, Geografia, Geografia do Turismo, patrimônio

**Abstract:** With the advent of tourism and the introduction of objects necessary for its development, this activity became an important consumer of space, especially after the Industrial Revolution. The integrated approach to human and physical subjects in Geography, makes this discipline an important line of inquiry into this economic activity. Geographers evaluate positive and negative aspects, judging how this practice fits into local realities in order to maximize benefits and minimize impacts and degradation for both the local population and the environment. This work reviews geographical concepts for analyzing tourism in order to understand the viability of the activity in different areas.

**Keywords:** Tourism, Geography, Geography of Tourism, heritage

### Introdução

O turismo é uma atividade econômica que movimenta grandes valores de capital e que cresce a cada ano, e que encontrou seu expoente após a Revolução Industrial, por conta de elementos tais como a eclosão de classes sociais mais abastadas, criação e ganho de direitos trabalhistas e com isso o surgimento do “ócio produtivo”, ou seja,

---

<sup>i</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG/UFRJ). eluanlemos@yahoo.com.br

<sup>ii</sup> Professora associada do Departamento de Geografia. telmendes@globocom

atividades a serem feitas nas horas vagas, incluindo o turismo. Por sua essência em “consumir” e transformar o espaço geográfico, essa atividade encontrou na ciência geográfica a base teórica e metodológica para seu melhor desenvolvimento, tanto em sua vertente dita física quando humana.

Neste contexto, tem-se como objetivo realizar um levantamento bibliográfico introduzindo uma discussão teórico-metodológica sobre esta temática, buscando argumentos que visem harmonizar a relação entre turismo e “as geografias” e que venham enriquecer as discussões tratadas por ambas as ciências, trazendo ao leitor um debate de cunho geográfico que sustente e harmonize essa atividade tão pungente no atual cenário econômico e ambiental, que é o turismo.

Dentro da dita “vertente humanística”, nos apoiaremos nas novas categorias de análises propostas por Gomes (2013), compreendendo o espaço geográfico por meio das imagens que são espontaneamente observadas pelo olhar, a saber: *ponto de vista*, *composição* e *exposição*, *paisagem*, além das concepções colocadas por Milton Santos sobre *espaço de fluxos* e *vida de relações*, que se tornam fundamental no estudo da atividade turística. Enquanto, dentro da concepção física da análise do espaço, serão tratados conceitos já consagrados, bem como outros mais recentemente discutidos e valorizados pela literatura, tais como *turismo sustentável*, *geoturismo*, *geodiversidade* e *geoconservação*.

Justifica-se, portanto, a importância desta discussão por considerarmos que o turismo é uma atividade que influencia diretamente o espaço geográfico, trazendo novas configurações a este a partir da introdução de objetos necessários ao seu desenvolvimento, tendo no estudo geográfico um importante aliado, principalmente no que concerne ao reconhecimento, valoração e distribuição espacial dos atrativos turísticos. Sendo assim, para a geografia, dita do turismo, se faz necessária a integração de forma mais abrangente de um conjunto de informações atribuídas por ambos os campos de abordagem geográfica, haja vista que para a implementação e o planejamento dessa atividade econômica estão inseridos todos os elementos que o caracterizam, tanto de ordem natural, social, cultural, entre outras.

## **Análise de Categorias de Análises Espaciais Geográficas para o Turismo**

Para se tratar da visibilidade de elementos turísticos de uma dada área torna-se bastante significativa a abordagem proposta por Gomes (2013), na qual, segundo o autor, é necessária à utilização de categorias de análise que classificam a espacialidade<sup>1</sup> e tudo que dela contribui para a percepção visual e, assim, se “encontra(r) sentido na tentativa de demonstrar que essas três noções, tão banais, mas também tão essenciais aos fenômenos que tratam da visibilidade, têm um fundador constituinte posicional” (idem, ibidem, p.18), logo geográfico.

Por *ponto de vista* Gomes (ibidem) associa lugares que oferecem uma visão panorâmica, de onde pode se observar uma paisagem. Por exemplo:

[...] a posição que nos permite ver certas coisas. O exame da espacialidade, onde estão situados o “olhar” e o “olhado”, nos abre todo um campo inédito de análise. Empregar a expressão ponto de vista com um sentido metafórico de concepção quer dizer que, tal qual quando olhamos uma paisagem,

escolhemos a posição do nosso olhar e, a partir dessa posição, serão determinados o ângulo, a direção, a distância, entre outros atributos que são posicionais. (idem, ibidem, p.20-1)

Já a categoria *composição* é definida como “o resultado de uma combinação que produz algo novo, formado pela junção estruturada de diversos elementos” (idem, ibidem, p.21) e “assim, analisar uma composição é compreender sua espacialidade, o lugar dos elementos nesse conjunto” (idem, ibidem, p.22). Analisar a composição é um jogo de posições relativas, de coisas que estão dispersas sobre um mesmo plano; assim, na presente pesquisa essa categoria de análise estaria associada à busca de elementos de cunho patrimonial que levaram à combinação dos elementos que constituem a paisagem observada.

E pela categoria *exposição* refere-se à situação espacial, ou seja, trata-se de uma posição de exterioridade, onde há delimitação do que pode ser visto, e isso é o resultado de uma classificação relacionada ao espaço, isto é, a uma questão de posição. Sendo assim, mais uma vez relacionando que lugares de exposição serão, portanto, lugares de grande e legítima visibilidade. Desta forma, tais categorias estarão diretamente enraizadas no estudo do patrimônio cultural e natural para a área em estudo.

Inúmeras particularidades caracterizam a relação turismo e Geografia, principalmente no que concerne à produção e ao consumo do espaço pelo turismo. Uma dessas particularidades está relacionada ao fato de o principal objeto de consumo do turismo ser o próprio espaço (MASCARENHAS, 2013). Neste contexto, utilizamos Santos (1978; 1996; 1999), que desenvolve as noções de *espaço de fixos* e *espaço de fluxos*, e Castells (1999), que, por sua vez, utiliza os conceitos de *espaço de fluxos* e *espaço de lugares*, reportando estas ao processo de internacionalização da produção capitalista e as novas relações de poder, que culminam em padrões de localização que alteram profundamente as características do espaço industrial e seu impacto no desenvolvimento urbano, podendo, pois, tais conceitos serem apropriados ao estudo do turismo no viés geográfico.

O espaço de fluxos, segundo Mascarenhas (2013), corresponde à intensidade da *vida de relações* no interior de uma região. O conceito de vida de relações, por sua vez, expressa o conjunto de transações entre indivíduos, no qual essas transações podem ser comerciais, governamentais, turísticas, de serviços, entre outras consideradas por esse autor.

O fato é que essas transações implicam viagens, negócios, mobilizam os meios de transportes, acionam as vias de circulação, enfim, conferem à região maior densidade de relações sociais e, por isso, demandam uma infraestrutura de circulação, de pessoas, de mercadorias e de informações (MASCARENHAS, 2013 p.15), e o espaço de fluxos é, portanto, algo fundamental no estudo da atividade turística, pois o turismo, sendo uma atividade de deslocamento, depende da disponibilidade de meios e de vias de transporte.

Em uma região de escassos fluxos, o turismo encontrará grande dificuldade para se desenvolver. Por outro lado, onde existe intensa *vida de relações* e, portanto, elevada densidade de fluxos, o turismo encontrará facilidade para se implantar, e no sentido contrário temos cidades ou regiões que, mesmo sem grandes atrativos, consolidam-se enquanto destino turístico aproveitando-se de sua inserção no espaço de fluxos (idem, ibidem).

A paisagem, que em sentido amplo podemos definir como tudo que abarcamos com o olhar (GONTIJO; REGO, 2001), é um dos motores da atividade turística, e seu conceito deve ser amplamente discutido. A paisagem é o que se vê, o real, o vivido, o sentido

diferentemente para cada ser humano. Estes elaboram seleções pessoais, julgamentos de valor de acordo com a análise individual da percepção, e essa análise sofre influências sociais, culturais, ambientais, emocionais conforme o tipo de uso da paisagem para cada pessoa, nas palavras de Bolson (2004), tratando o turista como um colecionador de paisagens.

A imagem (induzida na paisagem) é um recurso para a economia do turismo porque é previamente definida por um valor social (CASTRO, 2002), podendo aí ser acrescido um valor cultural e mesmo histórico, em que o turismo utiliza esses valores para atribuir valor comercial às áreas turísticas. Essas áreas normalmente são preservadas, ou busca-se mantê-las sem interferência do homem, de modo que assim se atribua um valor, e onde se é pago para serem conhecidas (FONSECA, 2005).

As paisagens estão carregadas de informação e retratam os lugares, como afirma Yázig (2002), definindo assim a paisagem na perspectiva do turismo, onde está associada ao caráter de mercadoria, passível a ser consumida, valorizada e (re)valorizada segundo o “modismo” da época, e onde Cruz (2002) acaba por complementar escrevendo que, para o turismo, é o valor estético da paisagem que está em pauta, e a estética da paisagem é ditada pelos padrões culturais de uma época. Já Meneses (2002, p.32) escreve que “... a paisagem, portanto, deve ser considerada como objeto de apropriação estética, sensorial”. Ou seja, o primeiro contato do turista com o local visitado acontece por meio da visão da paisagem, porém a relação do turista com o lugar visitado é sempre transitória, passageira e, na maioria das vezes, fugaz e superficial.

Na linhagem da Geografia Crítica, Lacoste (1988), citado por Mascarenhas (2013), expõe a paisagem como uma composição ideológica, ocultando a realidade local por meio da sua contemplação, tratando em sua obra o que ele denomina de “Ideologia do Turismo”, que se trata da forma de dissimular o poder estratégico de conhecimento geográfico, onde vemos a beleza da paisagem e esquecemos das mazelas sociais, assim essa ideologia “faz da geografia uma das formas do consumo de massa: multidões cada vez mais numerosas são tomadas por uma verdadeira vertigem faminta de paisagens, fontes de emoções estéticas, mais ou menos codificadas” (idem, ibidem, p.16), tornando a apreciação da paisagem um ato de alienação.

Com uma abordagem vinculada ao turismo, Luchiari (2005) expõe que as novas formas da paisagem urbana, espetacularizadas pelo *city marketing* e pelo turismo, podem nos auxiliar a compreender as ideologias que azeitam a estrutura social dominante, assim como os processos que hoje estão incrustados na dinâmica dessas paisagens, onde, longe de considerá-las neutras, ou suportes inertes da ação social, essas paisagens nos enganam pela “fetichização” de suas formas.

O turismo, principalmente em áreas de atrativos naturais, constitui uma opção de refúgio, segundo Seabra (2003). Por muito tempo essa atividade econômica levou o rótulo de “indústria sem chaminés” – uma alusão à inexistência de qualquer tipo de poluição ou degradação ambiental decorrente da atividade. Todavia, são reconhecidos hoje os diversos impactos socioambientais causados pela atividade, destacando o turismo como uma indústria com capacidade de gerar impactos negativos, sejam eles na ordem social, econômica, ambiental ou cultural.

O crescimento da atividade turística traz consigo uma preocupação crescente, que é a “artificialização” dos lugares, o sentido de estranhamento da população local, a não identidade ou mesmo uma perda de identidade. Criam-se lugares vazios, ou os

“não lugares” (CARLOS, 1999). Nessa linha de pensamento, Luchiari (2002) abordando a mercantilização das paisagens naturais, nos remete ao contexto dos espaços turísticos pelo qual o lugar não é visto, vivido ou compartilhado, sendo selecionado apenas um conjunto de atrativos que constroem uma narrativa artificial do lugar.

A indústria do turismo transforma tudo o que toca em artificial, cria um mundo fictício e mistificado de lazer ilusório, onde o espaço se transforma em cenário, “espetáculo” para uma multidão amorfa [...]. Aqui o sujeito se entrega às manifestações desfrutando a própria alienação. Esses dois processos apontam para o fato de que ao se vender o espaço, produz-se a *não-identidade*, e com isso, o *não-lugar*. (CARLOS, 1999; p.26)

Nesse contexto, pode-se articular a importância do turismo para a Ciência Geográfica a partir de dois pilares: um primeiro, que está relacionado à necessidade de se conhecer as potencialidades dos lugares para a implantação dessa atividade, procurando vincular as benesses que venha a trazer para a área nesse segmento da economia; e um segundo, que se refere à busca do entendimento da “fragilidade” dos lugares para que estes não sejam afetados negativamente, o que, por muitas vezes, tem trazido alterações ambientais degradantes e/ou alterações culturais ou perda de identidade cultural para comunidades locais.

Por essa razão, Rodrigues (1996) define a atividade turística como um fenômeno econômico, político, social e cultural dos mais expressivos das sociedades ditas pós-industriais, em que movimenta, em nível mundial, um enorme volume de pessoas e de capital, inscrevendo-se materialmente de forma cada vez mais significativa ao criar e recriar espaços diversificados. Cabe ressaltar, ainda, que essa atividade se adapta bem ao contexto de valorizar as “belezas paradisíacas” produzidas pela natureza, especialmente em regiões pouco habitadas e de difícil acesso (OLIVEIRA, 2001).

No contexto do presente artigo, utilizamos o conceito de urbanização turística defendido por Luchiari (2000), que coloca as cidades no mercado de paisagens naturais e artificiais, no qual algumas cidades chegam a definir toda sua vida econômica em função do desenvolvimento turístico, reorganizando-se para produzir paisagens atrativas para o consumo e para o lazer, além de trabalhar com autores tais como Paes e Oliveira (2009), Yázig (2003), Fernandes da Silva (1996), Choay (2001) e Larkhan (1996), que abordam tanto elementos de (re)planejamento turístico quanto a necessidade da preservação de elementos locais para a prática turística, tal qual seu patrimônio natural, porém com ênfase no cultural.

E Coriolano (2001) disserta que os pressupostos básicos para a aplicação do turismo passam pela construção do real (como espaço da oferta turística) e pela construção do espaço virtual (objeto do imaginário formado de imagens, sonhos e mitos de um povo, grupo ou indivíduo), demonstrando que a construção do imaginário turístico está relacionada com a (re)construção da paisagem do local o qual se pretende visitar, tendo duas realidades distintas: a *primeira* situando-se no plano do real e revelando os lugares turísticos cheios de potencialidades e fortalezas, mas também com fragilidades e ameaças, e a *segunda*, onde se situa o plano da imagem, do imaginário e do simbólico, revelando as representações que se fazem desses lugares e enfocando questões virtuais que nem sempre coincidem com o real.

## Aspectos Físico-ambientais na Análise da Atividade Turística

A atividade turística pode estar intimamente relacionada com o meio físico, em especial aquela vinculada à exploração das belezas naturais de uma determinada área, demonstrando, dessa forma, o crescente interesse da Ciência Geográfica em seu estudo (Guerra; Marçal, 2006). Nesse contexto, Guerra e Oliveira Jorge (2014) apontam para o fato de que a Geomorfologia, enquanto ciência que estuda as formas de relevo levando em conta os materiais existentes (rocha e solo), assim como os processos internos e externos que dão origem a essas formas, tem importância fundamental para turismólogos (e pesquisadores em turismo de uma forma geral) para que estes possam não apenas reconhecer essas formas de relevo, mas também para melhor aproveitá-las, de modo a explicar aos turistas características sobre o terreno em que estão pisando e explorando.

O crescimento exponencial da atividade turística, repercutindo no meio ambiente, na vida econômica, social e cultural das áreas receptoras, gera impactos de qualidade e quantidade diversos, colocando, nos últimos tempos, o turismo como tema prioritário na pauta de preocupações de planejadores, acadêmicos e gestores de políticas públicas. Segundo Seabra (2003), devido a esse crescimento por todo o mundo, torna-se urgente a necessidade de planejamento e gestão sob a premissa do desenvolvimento sustentável, respeitando os limites impostos pelo meio natural e atentos aos desejos tanto das comunidades receptoras quanto dos turistas. Ressalta-se, porém, que esses pontos ainda necessitam avançar muito para alcançarem patamares ideais de desenvolvimento, como aponta a autora supracitada:

Embora as ideias contidas no turismo sustentável ainda estejam em processo de construção, seja no aspecto teórico-conceitual, seja no aspecto das estratégias e ações implementadas, há hoje uma consciência crescente da importância de pensar e agir em prol do turismo sustentável com vistas a minimizar os impactos negativos e maximizar aqueles que apontem para os caminhos da conservação do meio ambiente e da justiça social. (idem, *ibidem*, p.154)

Essa mesma autora coloca ainda que, a partir da década de 1990, a expressão “turismo sustentável” se generaliza, e além da preocupação com o meio ambiente, inclui-se agora a preocupação com as comunidades receptoras locais no que tange à socialização dos benefícios econômicos e sociais do turismo, bem como referente à conservação do acervo patrimonial dessas comunidades.

Portanto, se torna essencial trabalhar sobre as políticas de conservação do país, que tiveram início do século XX, sendo que as políticas de preservação da natureza foram predominantemente relacionadas à criação de áreas protegidas, principalmente sobre a perspectiva de preservar os recursos naturais para o uso imediato e futuro. Entretanto, no que diz respeito à constituição de um suporte institucional e político, estes só se consolidaram em uma política nacional ambiental nos anos posteriores (CASTRO et al., 2009).

Quanto às estratégias de preservação depois de anos de grandes devastações, em um país de dimensões continentais como o Brasil, a biodiversidade passa a ser um elemento central da conservação vista, sobretudo pelo valor que possa a ela estar agregado. Nesse caso, a criação de parques pelo poder público é entendida não somente como produção

de um território com novas lógicas institucionais (COELHO et al., 2009), mas também como a proteção de valores agregados aos espaços e seus recursos, que incluem a conservação da biodiversidade para gerações futuras (VALLEJO, 2007; 2009). Verifica-se, portanto, a atenção dada ao biótico em contrapartida aos elementos abióticos, essência do geoturismo.

E a partir desse entendimento sobre o espaço como mais um recurso a ser consumido, explorado e passível de exaustão emerge a concepção de que, tal como os demais recursos naturais, haveria a necessidade de conservação de determinados espaços, sobretudo os diretamente associados às condições mais “selvagens”, isto é, condições próximas à natureza original, ou ainda a retomada de um paraíso natural intocado, como nos aponta Diegues (2001, p.157):

A expansão da ideia de parques nacionais desabitados, surgida nos Estados Unidos em meados do século passado, retoma, de um lado, o mito de paraísos naturais intocados, à semelhança do Éden de onde foram expulsos Adão e Eva [...]

Esse mito da natureza intocada e intocável reelabora não somente crenças antigas, mas incorpora também elementos da ciência moderna, como a noção de biodiversidade, das funções dos ecossistemas.

O conceito de geoturismo, por sua vez, também começou a ter notoriedade a partir da década de 1990, e Hose (1995, p.17) propõe uma primeira definição do termo que foi amplamente disseminada: “[...] a provisão de serviços e facilidades interpretativas que permitam aos turistas adquirirem conhecimento e entendimento da geologia e geomorfologia de um sítio, além da apreciação estética”. Uma primeira revisão desse conceito foi realizada pelo mesmo autor nos anos 2000, considerando-o como mais adequado para designar “a provisão de facilidades interativas e serviços para promover o valor e os benefícios sociais de lugares e materiais geológicos e geomorfológicos e assegurar sua conservação, para uso de estudantes, turistas e outras pessoas com interesse recreativo ou de lazer” (idem, ibidem, p.137).

Já para Piekarz (2011), a ideia de geoturismo agrega o conhecimento científico ao de patrimônio natural, de forma harmônica, agradável e compreensível, valorizando e possibilitando que aconteça uma visita turística de modo sustentável. Enquanto Ruchkys (2007, p.23), com base nas definições do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) para opções específicas de turismo, caracteriza geoturismo como sendo:

[...] um segmento da atividade turística que tem o patrimônio geológico (e geomorfológico) como principal atrativo e busca sua proteção por meio de conservação de seus recursos e da sensibilização do turista, utilizando, para isto, a interpretação deste patrimônio, tornando-o acessível ao público leigo, além de promover a sua divulgação e o desenvolvimento das ciências da Terra.

Nascimento et al. (2008) complementam essa discussão discorrendo que o geoturismo tem por objetivo preencher uma lacuna do ponto de vista da informação, possibilitando ao turista não só contemplar as paisagens como procurar embasar o entendimento de processos geológicos e geomorfológicos responsáveis por sua formação.

Ressalta-se que nem todas as definições utilizam-se apenas do viés geológico-geomorfológico. Muitos autores defendem que o geoturismo, assim como toda forma de turismo, tem a preocupação com a preservação das características do destino geográfico da viagem, ou seja, além de valorizarem os elementos ditos físicos, abrangem também elementos humanos, em especial a preservação das características socioculturais das comunidades receptoras desses geoturistas.<sup>2</sup>

Para Moreira (2011), é importante ressaltar que, mesmo o aspecto natural sendo muitas vezes a principal motivação da viagem, é também interessante e mesmo necessário acrescentar os aspectos sociais e culturais. A autora explicita que o geoturismo pode compartilhar de experiências realizadas em outras modalidades de turismo em áreas naturais, tais como ecoturismo, turismo rural e agroturismo, além do turismo cultural e religioso, utilizando, porém, meios interpretativos (placas, folderes, cartilhas, entre outros) para uma melhor compreensão do geoturista sobre o local visitado.

Mesmo a discussão em torno do geoturismo inicialmente sendo exclusivamente calçada em elementos físicos, uma nova abordagem vem crescendo e será privilegiada na presente pesquisa, sendo ela o “geoturismo urbano”. O site Geoturismo Brasil (<http://geoturismobrasil.com>) aponta para um leque de possibilidades que podem ser ressaltados por essa abordagem geoturística, que vão desde pisos de praças, igrejas, shopping centers, entre outras construções, até detalhes em cantaria das inúmeras construções, como os chafarizes de Ouro Preto, ou rochas ornamentais que revestem prédios nas grandes cidades, desde que estas tenham área-fonte próxima ao local de exposição atual; e, assim, oferecendo ao observador uma possibilidade a mais de conhecimento sobre o meio que o rodeia.

O pesquisador português Brilha (2005) é um dos propulsores da utilização do conceito de geodiversidade, e mesmo que ainda não apresente uma implantação sólida, abriu espaço para diversos debates sobre o assunto. O autor resgata a definição proposta pela Royal Society for Nature Conservation, do Reino Unido, que caracteriza o conceito apenas por aspectos não vivos dos sistemas ambientais, descrevendo geodiversidade como a “variedade de ambientes geológicos, fenômenos e processos ativos que dão origem a paisagens, rochas, minerais, fósseis, solos e outros depósitos superficiais que são o suporte para a vida na Terra.” (Royal Society for Nature Conservation – UK apud Brilha, 2005, p.17). Enquanto para Gray (2004) a geodiversidade é o equivalente abiótico da biodiversidade e pode ser definida como a variedade ou diversidade natural de feições geológicas (rochas, minerais, fósseis), geomorfológicas (formas, processos) e de solos.

Por outro lado, geodiversidade pode ser definida como a variação natural de uma determinada área de aspectos geológicos, geomorfológicos, pedológicos e características hidrológicas, a partir da análise de características puramente estáticas, por um lado, enquanto pode ser entendida também como conjunto de produtos, tendo como base processos formativos e evolutivos. (Semenuik, 1997; Semeniuk; Semeniuk, 2001, Brocx, 2008).

Sobre essa abordagem, Mansur (2010) ressalta que muitos autores têm discutido o conceito e ampliado seu alcance, entre eles Kozlowski (2004) e Serrano e Ruiz-Flaño (2007), incluindo entre os processos antrópicos aqueles pertinentes à geodiversidade. Com esse entendimento, os locais classificados como de “paisagem cultural”<sup>3</sup> e da ocorrência de “depósitos tecnogênicos”<sup>4</sup> estariam inseridos nesse conceito e, desta forma, articulando-o diretamente com a Ciência Geográfica. Guimarães e Mariano (2014)

destacam ainda que a geodiversidade é determinante para a evolução da civilização, desde aqueles vinculados a disponibilidade de alimento, condições climáticas, abrigos e material para construção aos que despontam como estruturas de defesa, com construções erguidas em cotas topográficas mais elevadas estrategicamente, e Silva (2008; 243) complementa afirmando que “por meio da geodiversidade, facilita-se, enormemente, a inserção da geologia [e a geomorfologia] nas políticas públicas governamentais como fator de melhoria da qualidade de vida das pessoas”.

Segundo Mansur (2009), remetendo-se a Carvajal e González (2003), o conceito de geoconservação pode ser tratado como afloramentos únicos, formações geológicas, estilos de deformação e outros elementos geológico-geomorfológicos de indubitável valor científico e ocorrência restrita. São exemplos didáticos, testemunhos da história geológica, que podem, por exemplo, nos permitir conhecer a história de formação da Terra por meio da narrativa do supercontinente Gondwana mediante pesquisas da fragmentação da crosta terrestre, tanto na superfície continental quanto no assoalho marinho, podendo ser apresentados e exemplificados por meio de painéis interativos em áreas de ocorrência desses fragmentos, tais como são realizados pelo projeto Caminhos Geológicos no Rio de Janeiro.<sup>5</sup> Se faz necessária, portanto, a difusão do conhecimento e a conscientização da sociedade em geral para sua preservação pelo reconhecimento da sua importância. Também podem ser incluídos os elementos de arqueologia industrial<sup>6</sup> relacionados com instalações para a exploração de recursos do meio geológico (CENDRERO UCEDA, 1996 apud MANSUR, 2009).

O conceito de geoconservação surge na emergência da preservação do patrimônio geológico mundial, no qual essa necessidade vem ganhando significativa visibilidade tanto no meio científico quanto no meio social em geral. Sharples (2002), um dos precursores do termo, define que a geoconservação tem como objetivo preservar a diversidade natural – ou “geodiversidade” – relacionada com processos e feições geológicas significativas (formações rochosas), geomorfológicas (formas de relevo) e as características e processos de formação dos solos, sendo, portanto, importante para garantir a manutenção da história de sua evolução em termos de velocidade e magnitude.

No que se diz respeito à conceituação de patrimônio geomorfológico, Pereira (2006) afirma que constitui o componente do patrimônio geológico mais perceptível pela população em geral, devido à sua dimensão, à sua configuração e à sua potencialidade de uso pelas atividades humanas, e por isso, além de sua preservação, o patrimônio geomorfológico pode e deve ser utilizado para a divulgação do patrimônio geológico em geral. Ainda dentro dessa discussão de patrimônio geomorfológico, ou geossítio, como denominam Figueiró et al. (2013), pode-se ter uma variação de escala espacial, referindo-se desde uma pequena área, envolvendo, por exemplo, um único elemento geomorfológico, até uma grande área, cuja ocorrência contígua de um ou mais elementos geomorfológicos justifique a sua identificação como um único geossítio.

Brocx (2008) coloca que características geológicas (geomorfológicas), tanto a nível global quanto local, são intrinsecamente importantes, mesmo culturalmente, para oferecer informações ou ideias sobre a formação ou evolução da Terra, ou na história da Ciência, podendo ainda ser utilizadas para pesquisa e ensino. Tais conceitos aqui debatidos são aplicados muitas vezes de forma aleatória e sem muita precisão científica mesmo na literatura vinculada às Geociências.

Tal vem sendo utilizado com mais frequência nos últimos dez anos e tornou-se mais popular após a criação da Rede Mundial de Geoparques, em 2004. Os desafios da geoconservação incluem, portanto, o envolvimento da comunidade, o esclarecimento da relação geoconservação/exploração de recursos geológicos, a definição de uma estratégia nacional de geoconservação integrando todas as vertentes (científica, divulgação e geoturismo), a integração nas políticas nacionais de conservação da natureza, ordenamento do território e educação e o envolvimento de empresas, políticos locais, associações de defesa do ambiente, de educação ambiental e de ecoturismo (BRILHA, 2006).

Complementa ainda esta discussão Lima (2008, p.16) quando se remete a Kozłowski (2004) e expõe que as ações essenciais para a elaboração de estratégias de geoconservação, necessitam ser intensificadas, em particular nas seguintes questões: estabelecimento de bases legais para a proteção da geodiversidade; padronização de conceitos e terminologias; desenvolvimento de mapas da geodiversidade; e, sobretudo, na preparação de um projeto da convenção internacional de proteção à geodiversidade.

E Brilha (2005) define estratégias para que a geoconservação seja mais efetiva, propondo seis etapas sequenciais a serem cumpridas, que garantam uma melhor proteção do patrimônio natural. Esse autor ressalta ainda que a efetivação de todas as etapas é algo trabalhoso e que demanda tempo e participação de setores diversos do governo, sendo necessária, em muitos casos, a participação das escalas municipal, estadual e federal, assim como a participação da sociedade.

A busca de soluções para os problemas relacionados com a utilização dos recursos naturais ocorre em âmbito das mais variadas escalas espaciais, indo desde o nível global até as áreas mais restritas (SILVA et al., 2014). Neste contexto, Bento (2011) aponta que medidas de “proteção” sempre se deram com maior ênfase sobre os aspectos da biodiversidade e em menor intensidade sobre os que se referem a elementos abióticos. Tal fato pode ser constatado, ainda nos dias atuais, pela maior valorização e divulgação da biodiversidade, em detrimento da geodiversidade.

## **Considerações Finais sobre a Ciência Geográfica em Prol do Turismo**

A falta de planejamento e gestão das áreas turísticas, seja ela vinculada ao patrimônio natural ou cultural, pode fazer da visita uma experiência frustrante, levando a perdas tanto por parte dos turistas, que, além de não voltarem à localidade, poderão fazer propaganda negativa, quanto para a comunidade local, que sofrerá com a diminuição ou estagnação do turismo local.

Dessa forma, o turismo influencia diretamente o espaço geográfico, pois, uma vez tornado turístico, parcelas do espaço apresentam novas configurações a partir da introdução de objetos necessários ao seu desenvolvimento. Mascarenhas (2013) defende que objetos preexistentes em determinado localidade podem ser absorvidos pelo e para o turismo, tendo seu significado alterado a fim de atender a uma nova demanda de uso, como igrejas, livrarias, bancas de jornal, lanchonetes, entre outros objetos preexistentes ao surgimento do turismo receptivo e que devem e são redimensionados com a prática turística.

E a Geografia, enquanto ciência que estuda fenômenos naturais e humanos da e na superfície da Terra, com todo seu aporte teórico-metodológico, torna-se um importante

aliado ao turismo, principalmente no que está vinculado ao reconhecimento, valoração e distribuição espacial dos atrativos turísticos. Todos os conceitos e definições que foram discutidos no corpo do presente trabalho procuram mostrar que a Geografia auxilia a compreender os motivos de algumas localidades apresentarem potencial mais elevado em detrimento a outras e a entender o turismo enquanto atividade vinculada ao modismo e ao abandono, haja vista tanto a criação de espaços turísticos como a desvalorização de tantos outros que estão atrelados à conjuntura socioespacial da época.

A evolução das pesquisas na Geografia do Turismo vem, desta forma, proporcionando a possibilidade de compreender melhor o papel do turismo como importante fenômeno social e que provoca mudanças nos aspectos políticos, culturais, econômicos e mesmo ambientais em qualquer lugar, como afirmam Miranda e Netto (2014) e Teles (2009, p 2), que descreve que “o turismo requer uma compreensão da geografia e isso ocorre devido à transformação que o mesmo pode promover [e promove] no espaço geográfico”.

A Geografia auxilia a desvendar como áreas turísticas podem ser forjadas no contexto da globalização\mundialização e quando estas são concretizadas, assim como é uma ferramenta importante para minimizar impactos negativos tanto de ordem natural, tais como degradação de áreas naturais, como de ordem social, contribuindo para desvelar mazelas sociais e diminuindo o limiar entre turistas e população local. Em alguns casos, como em especial no denominado turismo “Sol e Mar”, acabam por produzir barreiras sociais fortes, produzindo o espaço do turista, este sempre privilegiado, ocupando as melhores áreas, e o espaço do morador local, que acaba por ser marginalizado, o que ocasiona perdas culturais inestimáveis.

Em relação ao fenômeno da globalização, e mais especificamente com a participação da internet e de como esta auxilia no desenvolvimento regional por meio do turismo, Miranda e Netto (2014) evidenciam uma nova vertente geográfica contemporânea: a Geografia do Ciberespaço. Esses autores demonstram que o advento da internet como rede mundial tem sido formador de redes turísticas a partir da conexão entre atores sociais dessa atividade, tornando-se esta uma nova e importante ligação entre Geografia e turismo.

O turismo é um importante gerador de divisas para muitas localidades no mundo, seja esta atividade vinculada ao patrimônio natural ou cultural, pois é responsável, muitas vezes, pela geração de um grande número de empregos diretos e indiretos, acabando por beneficiar, além da estrutura física das cidades envolvidas nessa atividade, também a população local. Para a conquista plena dos possíveis benefícios atrelados à atividade turística se faz necessário e mesmo fundamental para políticas de planejamento, implementação e manejo de atividades turísticas que as análises e avaliações de cunho geográfico sejam realizadas e consideradas nessas localidades, minimizando impactos negativos, em especial no âmbito social e ambiental, e maximizando suas benesses.

Dessa forma, consideramos que a realização de uma atividade turística plena é inerente à análise geográfica de uma localidade, de forma que se avaliem todos os pontos positivos e negativos da implementação dessa atividade turística, procurando adequar essa prática à realidade local, maximizando os benefícios e minimizando os impactos e aspectos de degradação, tanto das populações locais quanto do ambiente, que por ventura possam surgir com a atividade.

## Referências Bibliográficas

BENTO, L. C. M. Um novo olhar para a geodiversidade através do geoturismo. *Enciclopédia Biosfera*, [s. l.], v.7, p.159-166, 2011.

BOLSON, J. H. G. *A importância da paisagem na atividade turística*. Disponível em: <[www.revistaturismo.com.br/artigos/paisagem.html](http://www.revistaturismo.com.br/artigos/paisagem.html)>. Acesso em: 15 set. 2014.

BRILHA, J. Bases para uma estratégia de geoconservação. Palestra. In: *XLIII Congresso Brasileiro de Geologia*, 18, Aracaju, 2006. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/5683>>. Acesso realizado em: 6 set. 2014.

\_\_\_\_\_. *Patrimônio geológico e geoconservação: a conservação da natureza na sua vertente geológica*. Braga: Palimage Editores, 2005. 190p.

BROCKX, M. *Geoheritage: from Global Perspective to Local Principles for Conservation and Planning*. Perth, Australia: Western Australian Museum, 2008.

CARLOS, A. F. A. O turismo e a produção do não lugar. In: YÁZIG, E.; CARLOS, F. A.; CRUZ, R. C. A. (orgs). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1999, p.25-39.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO JR., E; COUTINHO, B. H.; FREITAS, L. Gestão da biodiversidade e áreas protegidas. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. C. *Unidades de conservação: abordagens e características geográficas*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2009.

CASTRO, I. E. Paisagem e turismo. De estética, nostalgia e política. In: YÁZIG, E. (org). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002, p.121-40.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001. 281p.

COELHO, M. C. N.; CUNHA, L. H.; MONTEIRO, M. A. Unidades de conservação: populações, recursos e territórios. Abordagem da Geografia e da Ecologia Política. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. C. *Unidades de conservação: abordagens e características geográficas*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2009.

CORIOLOANO, L. N. M. T. O real e o imaginário nos espaços turísticos. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. (orgs.). *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003, p.207-27.

CRUZ, R. C. A. As paisagens artificiais criadas pelo turismo. In: YÁZIG, E. (org.). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002, p.107-19.

DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2001. 161p.

GEOTURISMO BRASIL. Disponível em: <<http://geoturismobrasil.com>: Acesso em: 16 ago. 2014.

FERNANDES DA SILVA, F. *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade*. São Paulo: Peirópolis, 2003. 219p.

FIGUEIRÓ, A. S.; VIEIRA, A. A. B.; CUNHA, L. Patrimônio geomorfológico e paisagem como base para o geoturismo e o desenvolvimento local sustentável. *CLIMEP – Climatologia e Estudos da Paisagem*, Rio Claro (SP), v.8 , n.1, p.49, jan.-jun. 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/climatologia/index>>. Acesso em: 2 fev. 2014.

FONSECA, M. A. P. *Espaço, políticas de turismo e competitividade*. Natal: Editora de UFRN (EdUFRN), 2005. 226p.

GOMES, P. C. C. *O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 320p.

GONTIJO, B. M.; REGO, J. F. Por uma atitude turística pessoalizante. In: FARIA, I. F. (org.). *Turismo: sustentabilidade e novas territorialidades*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas (EdUA), 2001, p.1-16.

GRAY, M. *Geodiversity: Valuing and Conserving Abiotic Nature*. Chichester: John Wiley & Sons Ltd., 2004. 434p.

GUERRA, A. J. T.; MARÇAL, M. S. Geomorfologia aplicada ao turismo. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. *Geomorfologia ambiental*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p.42-6.

\_\_\_\_\_; OLIVEIRA JORGE, M. C. Geomorfologia aplicada ao turismo. In: ARANHA, R. C.; GUERRA, A. J. T. *Geografia aplicada ao turismo*. Rio de Janeiro: Oficina de Textos, 2014, p.56-80.

GUIMARÃES, T. O.; MARIANO, G. Uso de trilhas como recurso didático: abordagem interdisciplinar no ensino das geociências. *Revista Estudos Geológicos*, UFPE, v.24(1), p.89-103, 2014.

HOSE, T. A. Selling the Story of Britain's Stone. *Environmental Interpretation*, [s. l.], v.10, n.2, p.16-7, 1995.

\_\_\_\_\_. "Geoturismo" europeo. Interpretación geológica y promoción de La conservación geológica para turistas. In: BARETTINO, D.; WIMBLETON, W. A. P.; GALLEGU, E.

Pocidonio, E. A. L. e Silva, T. M.

*Patrimonio geológico: conservación y gestión*. Madrid: Instituto Tecnológico Geominero de España, 2000, p.137-59.

LARKHAN, P. J. *Conservation and the city*. 1.ed. Estados Unidos; Canadá: Routledge, 1996. 329p.

LIMA, F. F. Braga (Portugal), 2008. 91p. *Proposta metodológica para a inventariação do patrimônio geológico brasileiro*. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Minho.

LUCHIARI, M. T. D. P. Urbanização Turística: um novo nexu entre o lugar e o mundo. In: *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. SERRANO, C; BRUNHS, H; PAES-LUCHIARI, M. T. (orgs.). Campinas/SP: Papyrus, p.105-130, 2000.

\_\_\_\_\_. Turismo, patrimônio cultural e sociedade de consumo. Texto apresentado no VI ENCONTRO DE TURISMO COM BASE LOCAL (ENTBL), Campo Grande (MS), nov. 2002.

\_\_\_\_\_. Centros Históricos – mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural. *Geographia*, Rio de Janeiro, UFF, p.43-58, 2005.

MANSUR, K. L. Projetos educacionais para a popularização das Geociências e para a geoconservação. *Geologia USP*, Publicação Especial 5, p 63-74, 2009.

\_\_\_\_\_. *Diretrizes para a geoconservação do patrimônio geológico do estado do Rio de Janeiro: o caso do domínio tectônico Cabo Frio*. Rio de Janeiro, 2010. 214p. Tese (Doutorado em Geologia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MASCARENHAS, G. *Fundamentos geográficos do turismo*. Volume 1. 2,ed. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013. 246 p.

MENESES, U. T. B. A paisagem como fator cultural. In: YÁZIG E. (org.). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002, p.29-64.

MIRANDA, A. P. M.; NETTO, L. R. G. *Geografia do ciberespaço: novos territórios da informação em rede*. Curitiba: Appris, 2014. 206p.

MOREIRA, J. C. *Geoturismo e interpretação ambiental*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011. 157p.

MOREIRA, J. C. *Patrimônio geológico em Unidades de Conservação: atividades interpretativas, educativas e geoturísticas*. Florianópolis, 2008. 428p. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

NASCIMENTO, M. A. L. do; RUCHKYS, U. A.; MANTESSO-NETO, V. *Geodiversidade, geoconservação e geoturismo: um trinômio importante para a proteção do patrimônio geológico*. [S. l.]: Sociedade Brasileira de Geologia, 2008. 84p.

OLIVEIRA, A. M. S. *Depósitos tecnogênicos e assoreamento de reservatórios: exemplo do reservatório de Capivara, Rio Paranapanema, SP/PR*. São Paulo, 1994. 221p. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. Assoreamento em cursos e corpos d'água. In: BITAR, O.Y. (coord.). *Curso de geologia aplicada ao meio ambiente*. São Paulo: Associação Brasileira de Geologia de Engenharia (ABGE) e Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), 1995, p.59-76.

OLIVEIRA, A. P. *Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001. 293p.

PAES, M. T. D; OLIVEIRA, M. R. S. (orgs.). *Geografia, turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Annablume, 2009. 228p.

PIEKARZ, G. F. *Geoturismo no karst*. Curitiba: Mineropar (Minérios do Paraná), 2011. 121p.

RODRIGUES, A. M. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: *Turismo, espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996, p.55-62.

RUCHKYS, U. A. *Patrimônio geológico e geoconservação no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais: potencial para a criação de um geoparque da UNESCO*. Belo Horizonte, 2007. 211p. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. *Por uma Geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SEMENIUK V. The Linkage between Biodiversity and Geodiversity. In: Eberhard R. (ed.). *Pattern and Process*. Canberra, Australia: Australia Environment Task Force, 1997.

SEMENIUK V.; SEMENIUK C. A. Human Impacts on Geoheritage Features of the Swan Coastal Plain and Coastal Zone Southwestern Australia. In: GOSTIN V. A. (ed.). *Gondwana to Greenhouse: Australian Environmental Geosciences*. Geological Society of Australia Inc., Sydney, 2001.

Pocidonio, E. A. L. e Silva, T. M.

SHARPLES, C. Concepts and Principles of Geoconservation. Published Electronically on the Tasmanian Parks & Wildlife Service Website. September, 2002, version 3. 81p. Disponível em: <[http://www.dpiw.tas.gov.au/inter.nsf/attachments/sjon-57w3ym/\\$file/geoconservation.pdf](http://www.dpiw.tas.gov.au/inter.nsf/attachments/sjon-57w3ym/$file/geoconservation.pdf)>. Acesso realizado em: 12 set. 2014.

SEABRA, L. Turismo sustentável: planejamento e gestão. In: CUNHA, S. B. da; GUERRA, A. J. T. *A questão ambiental: diferentes abordagens*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p.153-89.

SILVA, C. R. *Geodiversidade do Brasil: conhecer o passado para entender o presente e prever o futuro*. Rio de Janeiro: CPRM, 2008. 264p.

SILVA, I. C.; NASCIMENTO, M. A. L.; TUMA, L. S. R.. Caracterização de geossítios do município de Itapororoca/PB – Nordeste do Brasil. *Revista Estudos Geológicos, UFPE*, v.24(1), p.73-87, 2014.

VALLEJO, L. R. Parques e reservas como instrumento de ordenamento territorial. In: ALMEIDA, F. G.; SOARES, L. A. A. *Ordenamento territorial: coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

\_\_\_\_\_. Aspectos das políticas de governo e a questão da gestão territorial nas unidades de conservação do estado do Rio de Janeiro. *GEOgraphia*, [s. l.], ano 7, n.13, 2007.

WEISSHEIMER, M. R. Paisagem cultural brasileira: do conceito à prática. *Revista Fórum Patrimônio*, Belo Horizonte, v.5, n.2, jul.-dez., não paginada, 2012.

YÁZIGI, E. A importância da paisagem. In: \_\_\_\_\_. (org.). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002, p.11-28.

\_\_\_\_\_. *Civilização urbana*. São Paulo: Contexto. 358p. 2003.

Recebido em: 26/9/2014

Aceito em: 4/12/2014

---

<sup>1</sup> A espacialidade é um conjunto formado pela disposição física sobre o plano de tudo que ele contém (GOMES, 2013).

<sup>2</sup> Geoturista é aquele que pratica o geoturismo, e Hose (2000) menciona existir dois tipos: *geoturistas dedicados* (aqueles que visitam sítios geológicos e geomorfológicos e exposições com propósitos educativos, crescimento intelectual e apreciação) e *geoturistas casuais* (indivíduos que visitam sítios geológicos e geomorfológicos e exposições primeiramente por prazer e alguma estimulação intelectual), sendo em geral as visitas feitas de forma casual, acidentalmente. Na presente pesquisa será abordado ainda o geoturista urbano para melhor adequação a temática.

<sup>3</sup> A partir do lançamento da Portaria 127/09, no Brasil, “Paisagem Cultural” passou a ser definida como “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (WEISSHEIMER, 2012).

---

<sup>4</sup> Termo usado para representar depósitos formados como resultados da atividade humana (GERASIMOV, 1982 apud OLIVEIRA, 1995). Oliveira (1994) coloca que esse conceito abrange depósitos construídos (aterros de diversos tipos) e depósitos induzidos (corpos aluvionares resultantes de processos erosivos, desencadeados pelo uso do solo). Os depósitos tecnogênicos são exemplos bem marcantes da interferência do homem nos processos naturais, correspondendo a registros do desenvolvimento humano no planeta, principalmente quando são formados depósitos contendo artefatos ou fragmentos que refletem os estágios desse desenvolvimento.

Oliveira (1994, p.32) coloca que “o termo tecnogênico, além de traduzir fenômenos provocados pelo Homem, traz implícito a ideia de que tais fenômenos são qualitativa e quantitativamente diferentes ao longo da história evolutiva humana”.

<sup>5</sup> Para maiores informações sobre o projeto, consultar o site do Serviço Geológico do Estado do Rio de Janeiro – DRM-RJ, disponível em <[www.drm.rj.gov.br](http://www.drm.rj.gov.br)>, ou ainda em Mansur (2010).

<sup>6</sup> A arqueologia industrial preocupa-se com os processos de promoção e conservação, inventário, documentação, investigação e valorização do patrimônio industrial, fomentando-se também o ensino desses aspectos, como um objetivo a suscitar nas pessoas e nas organizações a importância e a revalorização do patrimônio industrial, suas implicações nos processos de vida do homem e de construção do atual estado da sociedade (SILVA, 2009).

